



1 **Ata da Reunião Ordinária do COPEDH/PR — 21/06/2024**

2 Ao vigésimo primeiro dia do mês de Junho do ano de 2024 às 09:00, em formato
3 híbrido, presencialmente no CENTRO JUVENIL VOCACIONAL, Rua Darcírio Egger,
4 568 – Jardim Shangri-lá B (na parte da manhã) e AUDITÓRIO PUC LONDRINA –
5 AV. JOCKEI CLUBE, 485 – VILA HÍPICA (na parte da tarde), Londrina (PR) e *online*
6 por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob justificativa
7 prévia, deu-se início à Reunião Ordinária Descentralizada do Conselho Permanente
8 de Direitos Humanos do Paraná – COPEDH/PR. Fizeram-se presentes os (as)
9 **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Nadia Leandro (SEJU); Jonathan
10 Serpa Sá (TJPR); **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais:** Anderson
11 Ferreira (OAB); **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Walter Tierling
12 Neto (Grupo Dignidade); Antônia Vandecia de Assis (CRESS); Elza Maria Campos
13 (União Brasileira de Mulheres); Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de
14 Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu); Hamilton Seriguelli
15 (CDH Foz); Alisson Fernando Moreira Poças (CDH Londrina); **Conselheiros (as)**
16 **Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Camila de Fátima Pedroso de Matos
17 (RMN); Júlia Maria (CUT); Jussara (APP-Sindicato); Carolina Bulgacov Dratch
18 (CRN); **Convidados/Colaboradores:** Luana Talamini (ACC/SEJU) e Tamara do
19 Centro de DH de Foz do Iguaçu; Tamara (CDH Foz do Iguaçu);
20 **Justificativa de Ausência:** Daisy Carolina Tavares (Terra de Direitos) justificou sua
21 ausência; Thais Boamorte (Associação Flor de Lis LGBT). **1. Abertura:** A princípio,
22 Bruna saudou a todos (as) e realizou a primeira chamada nominal para abertura da
23 reunião. Após a chamada e o preenchimento de quórum mínimo, Bruna, em sua
24 qualidade de presidenta deste colegiado, deu abertura à Reunião Ordinária do
25 Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPEDH/PR). **2.**



26 **Aprovação da pauta:** Luana espelhou a pauta para visualização de todas (os) e
27 Bruna indagou se estavam de acordo quanto à aprovação da mesma. Walter
28 solicitou a inclusão de uma pauta sobre o assassinato de um homem que defendeu
29 um casal homoafetivo em Curitiba. Bruna solicitou uma inclusão de pauta sobre os
30 30 Anos do COPEDH/PR em Março/2025. Elza solicitou a inclusão de pauta sobre a
31 participação do COPEDH/PR na construção de uma Audiência Pública e também
32 uma moção do COPEDH/PR referente ao PL 1904. Hamilton solicitou uma inclusão
33 de pauta sobre os atingidos pela barragem do Baixo Iguaçu. Por fim, Bruna colocou
34 a pauta e suas respectivas inclusões em aprovação do pleno — sem ressalvas,
35 ambas aprovadas. **3. Aprovação da ata da reunião de Maio 2024:** Bruna indagou
36 se todas (os) receberam a ata e se gostariam de solicitar alterações; sem
37 manifestações; a Ata de Maio foi posta em aprovação do pleno — sem ressalvas,
38 aprovada. **4. Informes dos Conselheiros(as/es):** Bruna indagou quem gostaria de
39 ir à Audiência Pública sobre violência, abandono, revitimização e proteção integral
40 de crianças e adolescentes no dia 01 de Julho às 13h30, sugerindo que seja a
41 conselheira Sandra (Associação Fênix), Foi indicado o conselheiro Walter para
42 representar o COPED com fala, Elza informou que também iria participar da
43 audiência pública. A seguir, Bruna informou que ela, Vanda, a SEJU e o conselheiro
44 Junior Zarur (SEDEF) nos 10 anos do Conselho Nacional de Direitos Humanos e
45 participaram da reunião da Rede de Conselhos, onde o CNDH lançou um selo de 10
46 anos em parceria com os Correios. Quanto à Conferência Nacional, Bruna informou
47 que ela ainda não acontecerá, mas estava sendo articulada para ser executada nos
48 próximos anos. Assim, o COPEDH/PR foi convidado para fazer parte do GT da
49 Região Sul para definir diretrizes e temáticas que deverão ser debatidas e depois
50 deste trabalho, será criado o grupo da organização da Conferência. Bruna informou



51 que o COPEDH/PR foi criado em 1995 e portanto, em 2025, fará 30 anos de
52 atividades e também haverá a nova eleição do COPEDH/PR. Ademais, Bruna
53 relatou que a partir da nova Lei, as eleições serão de 2 em 2 anos (caso aprovadas)
54 e será decidido dentro da Comissão como “fechar” o documento da melhor forma
55 para o COPEDH/PR e assim, seja finalmente aprovada. Hamilton informou que
56 estavam em um projeto em parceria com a CONAB chamado ‘Mesa Brasil’
57 direcionado a atender as aldeias indígenas do oeste paranaense, estendendo-o para
58 os demais locais que precisem de ajuda. Walter informou que no dia 30 de Junho
59 será realizada a Marcha pela Diversidade e a temática deste ano será da
60 importância do voto, convidando a todos (as) para participarem do evento, pois é um
61 movimento político extremamente relevante. Bruna solicitou que seja enviado um
62 convite para o Conselho ou que pautem para que os (as) conselheiros (as) possam
63 custear suas viagens ao evento. **5. Informes da Secretaria-Executiva:** Luana
64 relatou que recebeu o OFÍCIO ICMU/RJ Nº 039/2024, datado de 30/05/2024,
65 versando sobre o CONVITE a V. Excia. e uma delegação de seu Estado, para
66 participar do “ENCONTRO NACIONAL DA UMBANDA – ICMU – RJ - 2024”, que
67 será sediado no Rio de Janeiro no período de 26 a 28 de julho de 2024. Bruna
68 solicitou que fossem indicados dois nomes e que o convite seja encaminhado à
69 SEJU para custear a viagem/diárias. Walter e Bruna colocaram-se à disposição. Por
70 fim, Bruna colocou o encaminhamento acima em aprovação — sem ressalvas,
71 aprovado. Em relação a nova Logo do COPEDH, Luana informou que foi realizada
72 uma votação na semana passada e escolhida uma vencedora (Logo elaborada pelo
73 CDH de Londrina), indagando se já pode utilizá-la em novos documentos do
74 Conselho. Jane pediu que ajustassem uma data para a agenda solicitada pela
75 Coordenadora da FAS. A Logo vencedora foi a de número de 3, elaborada pelo CDH



76 de Londrina. **6.1 Comissão de Denúncias, População Vulnerável, Pessoa Idosa,**
 77 **Criança, Adolescente, Família e Mulher e Comissão de Monitoramento dos**
 78 **Sistemas de Privação de Liberdade e Segurança:** A comissão não se reuniu,
 79 porém, a conselheira Elza realizou a leitura da moção de repúdio ao PL 1904/2024:
 80 “NOTA PÚBLICA – COPEDH/PR PELO ARQUIVAMENTO DO PL 1904/2024 Conselheiros
 81 (as) da sociedade civil no Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná
 82 - COPED, vem à público manifestar seu posicionamento com relação ao Projeto de Lei
 83 1904/2024, que equipara a interrupção de gestação acima de 22 semanas ao crime de
 84 homicídio e que tem recebido rejeição da sociedade brasileira, conforme enquete da
 85 Câmara dos Deputados, com resultado de 88% das pessoas que votaram em consulta
 86 virtual e que já conta com mais de 1 milhão de participantes, até a data de 15 de junho. O
 87 Brasil segue sendo um país extremamente violento para crianças e adolescentes, em
 88 especial do sexo feminino, sendo que grande parte das agressões ocorre dentro de casa.
 89 Essa constatação é comprovada por números bastante impactantes: mais de 221 mil
 90 mulheres e meninas sofreram alguma forma de violência somente em 2022, sendo que mais
 91 de 60%, foram contra meninas de até 13 anos, sendo que em 2023, 13 mil meninas
 92 menores de 14 anos foram mães dos filhos de seus estupradores. No Paraná, a cada dia,
 93 27 casos de **violência sexual** são registrados. Entre janeiro de 2020 e abril de 2024, foram
 94 mais de **43 mil casos de estupro, e outras violências sexuais segundo dados da**
 95 **Secretaria da Segurança Pública (SESP-PR).** Esses dados, que podem estar
 96 subnotificados, revelam a gravidade desta situação. Muitas dessas crianças, nem sabem o
 97 que é estupro, são ameaçadas para não denunciar e ainda são desacreditadas pela família
 98 que demoram em procurar ajuda. A criminalização sugerida representa gravíssima violação
 99 aos direitos humanos de mulheres e meninas duramente conquistados ao longo da história,
 100 é um atentando contra a democracia e viola preceitos preconizados pela Constituição da
 101 República de 1988. Somos radicalmente a favro da vida. Por isso, exigimos o arquivamento
 102 imediato do PL 1904/24. Conselheiros (as) da sociedade civil no COPED” Após a leitura,



103 Bruna colocou-a em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovada. Nadia realizou
104 a leitura de um relatório sobre a visita. A seguir, Bruna sugeriu que fosse
105 recomendado que as marmitas não sejam mais armazenadas no alumínio, pois não
106 há uma boa vedação das refeições. Nádia leu as seguintes recomendações:
107 *“Acesso a alimentos adequados; variedade de alimentos nutritivos atendendo as*
108 *necessidades dietéticas, levando em consideração fatores como idade, sexo,*
109 *condições de saúde e atividade física. Os alimentos devem ser de qualidade*
110 *adequada, seguros para consumo e livre de contaminação, com a garantia de que*
111 *os alimentos serão armazenados adequadamente e os alimentos preparados sejam*
112 *higienicamente manipulados. Cardápio adequado, os cardápios devem ser*
113 *planejados por profissionais qualificados, como nutricionistas, para garantir que*
114 *sejam adequados em termos de macronutrientes, proteínas, carboidratos e*
115 *gorduras; e micronutrientes: vitaminas e minerais. Isso é essencial para prevenir*
116 *deficiências nutricionais e promover a saúde dos detentos. Atenção as necessidades*
117 *específicas, instituições prisionais devem estar atentas as necessidades dietéticas*
118 *específicas dos detentos, como restrições alimentares devido a condições médicas,*
119 *intolerância ou preferências alimentares, é importante oferecer opções adequadas*
120 *para atender essas necessidades de diabéticos, hipertensos e outras patologias.*
121 *Educação alimentar e nutricional. Além de fornecer alimentos adequados, é*
122 *importante oferecer programas de educação alimentar aos detentos sobre escolhas*
123 *saudáveis de alimentos, nutrição e preparação de refeições. Isso poderá ajudar eles*
124 *adotarem hábitos alimentares saudáveis, não apenas no período de*
125 *encarceramento, mas também após sua libertação. Monitoramento e Avaliação.*
126 *Deve haver sistemas eficazes de monitoramento e avaliação de segurança alimentar*
127 *e nutricional no sistema prisional para garantir que os padrões adequados sejam*



128 *mantidos, identificar e corrigir qualquer deficiência no fornecimento de alimentos.*
 129 *Garantir a segurança alimentar e nutricional no sistema prisional é crucial para*
 130 *promover a saúde e o bem-estar. Elaborar Plano Nacional de Alimentação e*
 131 *Nutrição para o Sistema Prisional com previsão de aquisição de alimentos por meio*
 132 *de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Realizar avaliação nutricional, bem*
 133 *como ações de educação alimentar e nutricional constante com os detentos.”. Após*
 134 a leitura, Bruna sugeriu que fosse feita uma recomendação ao DEPPEN para que
 135 abranja todo o sistema prisional, bem como, devem ser estabelecidas medidas para
 136 definir o método de transporte e armazenamento dos alimentos. Hamilton solicitou
 137 que a recomendação também fosse encaminhada ao Governo Federal. Alisson
 138 registrou que devem ser observados os idosos e as residências terapêuticas, uma
 139 modalidade que provavelmente não é a adequada, sendo cerca de 30 idosos que
 140 permanecem lá porque outro local (mais adequado) para irem. Walter solicitou que a
 141 questão alimentar seja debatida, antes de quaisquer encaminhamentos, no âmbito
 142 da Comissão. Bruna colocou em aprovação a Recomendação de Alimentação e
 143 Nutrição ao Sistema Prisional do Estado do Paraná com a ressalva de que, antes de
 144 ser deliberada, seja tratada no âmbito da Comissão de Direito Sociais para
 145 aprovação final — sem ressalvas, aprovada por unanimidade. **6.2 Comissão de**
 146 **Articulação Política e Institucional:** A comissão não se reuniu. **6.3 Comissão de**
 147 **Atenção à População de Rua, Direito à Cidade e à Moradia e Questão**
 148 **Fundiária:** Tamara realizou a leitura do seguinte relato: “O CDH, entidade sem fins
 149 *lucrativos, fundado em 1990 com o objetivo de migrar o acesso da população à*
 150 *justiça e acesso aos direitos humanos, denunciar violações de direitos básicos e*
 151 *fundamentais. Tendo em vista os objetivos da entidade fomos chamados para ajudar*
 152 *a população de 44 famílias atingidas pela Usina Hidroelétrica de Foz do Iguaçu*



153 *situada entre os municípios de Capanema e Capitão Leonidas Marques no Paraná,*
154 *construída pela empresa NeoEnergia do grupo IBERDROLA. A Usina passou a*
155 *operar no ano de 2018, o complexo tem uma barragem de 516m de comprimento e*
156 *uma área inundada de 13,5km², estendendo-se pelos municípios de Planalto,*
157 *Realeza e Nova Prata do Iguaçu. Por tratar-se de concessão pública, a construção*
158 *da Usina foi antecedida por reuniões e audiências entre a população da região da*
159 *empresa construtora com objetivo de realizar o Plano Básico Ambiental (PBA).*
160 *Doravante, os objetivos do PBA garantem direitos a todos atingidos, reconhecendo*
161 *não só os titulares de direitos, mas todos que viviam das terras atingidas, poceiros*
162 *de boa fé, arrendatários, meeiros, parceiros rurais, agregados, comodatários,*
163 *trabalhadores rurais, filhos de proprietários que sobreviviam economicamente nos*
164 *imóveis rurais que foram desapropriados para formação do lago para a Usina*
165 *Hidroelétrica do Baixo Iguaçu. Inclusive, pequenos empresários, empregados,*
166 *assalariados e outros. Nas reuniões prévias da construção da Usina, os*
167 *representantes da empresa ENGEVIX afirmavam que todas as famílias atingidas*
168 *pela Barragem ficariam em condições iguais ou melhores, o que pode ser*
169 *comprovado mediante a leitura das atas. Entretanto, 44 famílias atingidas não foram*
170 *indenizadas devido ao descumprimento do PBA pela ENGEVIX, como*
171 *consequência, a construção da Usina acarretou danos sociais e psicológicos aos*
172 *arrendatários, empregados e filhos de proprietários que tiveram seus direitos*
173 *econômicos lesados ou seriam obrigados a deixarem seus espaços de trabalho sem*
174 *recepção devida de indenização em detrimento das garantias do PBA. A empresa*
175 *NeoEnergia criou critérios e regras próprias para reparar os danos da construção de*
176 *modo unilateral e não transparente, o que foi avalizado pelo Instituto Água e Terra*
177 *(IAT). Os critérios próprios criados pela empresa acarretaram falta de isonomia na*



178 *avaliação de danos, o que não foi fiscalizado pelo IAT, ou seja, famílias com*
179 *situações iguais ou semelhantes tiveram tratamento desigual, sendo que alguns*
180 *foram remunerados e outros não. O enchimento do reservatório só deveria ocorrer*
181 *com autorização do IAT após todas as famílias serem indenizadas conforme*
182 *recomendações da Defensoria Pública, porém, o IAT passou a se negar a cumprir*
183 *seu papel de vistoriar a situação dos atingidos e concedeu licença para NeoEnergia,*
184 *autorizando o enchimento do reservatório sem cumprimento do PBA. Além disso, o*
185 *IAT utilizou os relatórios apresentados pela empresa para desqualificar as famílias*
186 *que buscam reparação e autorizou a empresa diminuir a área de preservação*
187 *permanente na linha São João e Capitão Leonidas Marques, de 100 metros para 70*
188 *metros, sem a concordância dos atingidos e sem indenizar. A negociação com os*
189 *atingidos passou a ser realizada apenas pela empresa NeoEnergia, inclusive em*
190 *alguns casos com cláusula de confidencialidade. Portanto, o PBA previa que fossem*
191 *indenizadas as famílias que viviam com a renda provinda das terras atingidas,*
192 *porém, sob alegações arbitrárias, a empresa criou critérios próprios que foram*
193 *referendadas pelo IAT, lesando 44 famílias. Deste modo, recomendamos e*
194 *revindicamos que seja cumprido o PBA, porque o direito ao trabalho e a terra é*
195 *direito humano foi violado nesses casos.”. Hamilton indicou que encaminhará (via*
196 *CDH) essa denúncia para instâncias espanholas (a empresa é da Espanha) e*
197 *também em nível Federal para que sejam averiguadas. Bruna sugeriu que sejam*
198 *solicitadas informações ao IAT sobre quais providências foram tomadas para*
199 *reparação dessas famílias atingidas. Ademais, encaminhar ao CNDH para que*
200 *tomem conhecimento dessa situação e tomem mais medidas/denunciem para outras*
201 *instâncias (nacionais e internacionais). Por fim, Bruna colocou os encaminhamentos*
202 *acima em votação do pleno — sem ressalvas, aprovados. Hamilton solicitou que a*



203 Secretária Executiva encaminhe à Comissão as respostas da Itaipu sobre os ofícios
 204 encaminhados anteriormente — sem ressalvas, solicitação aprovada. **6.4 Comissão**
 205 **em Direitos Sociais: Saúde, Educação, LGBTI+, Cultura, Cidadania, Segurança**
 206 **Alimentar e Nutricional, Economia Solidária, Sustentabilidade, Igualdade**
 207 **Racial, Defesa de Povos Tradicionais de Terreiro e Religiões de Matriz Africana**
 208 **e Combate ao Racismo Estrutural, ao Racismo Religioso e Intolerância**
 209 **Religiosa**: Walter informou que, tentaram se reunir ontem (20), mas não houve
 210 quórum, portanto, deliberarão as pautas via *Whatsapp* porque não há pautas
 211 urgentes a serem tratadas no momento. A única situação que necessita de atenção
 212 no momento é a aprovação da participação de conselheiros (as) na Marcha de
 213 Diversidade, colocando-a assim, em votação do pleno — sem ressalvas, aprovado.
 214 Bruna informou que os (as) conselheiros (as) do interior terão um prazo de 7 dias
 215 úteis para solicitar a viagem. A seguir, Walter informou que teve dificuldades para
 216 redigir o documento formal do Pacto pela Diversidade quanto ao envio de *e-mail*
 217 para convocar as entidades a participarem. Ademais, Walter solicitou que fosse
 218 alterado o calendário para que conste o dia 28 de Junho ‘Dia do Orgulho’ e que
 219 exista uma publicização/vídeo no *Instagram* do COPEDH/PR publicizando o Pacto
 220 pela Diversidade. Além disso, Walter solicitou que a data para o envio das
 221 respostas, problemas e soluções possíveis envolvendo a Comunidade LGBTQIA+,
 222 seja 12 de Julho e que no dia 26 de Julho aconteça o encontro (presencial e online)
 223 para discussão e deliberação destes problemas. Para isso, Walter solicitou que a
 224 SEJU disponibilize um espaço físico para que ocorra o Encontro e a apresentação
 225 do Relatório em Reunião Ordinária dia 2 de Agosto. Por fim, Bruna colocou os
 226 encaminhamentos supracitados pelo conselheiro em aprovação — sem ressalvas,
 227 aprovado. Em relação ao caso do Oziel, Bruna informou que poderia ser feita uma



228 Carta de Recomendação para o legislativo de Curitiba para que ocorra a mudança
 229 do nome da Estação Tubo em que ele foi assassinado. Ademais, Bruna sugeriu que
 230 a Lei de Combate à Homofobia fosse nomeada também em homenagem ao Oziel e
 231 que as recomendações fossem enviadas para a Câmara Municipal de Curitiba,
 232 Prefeitura de Curitiba, Comitê de Direitos Humanos de Curitiba e à Assembleia
 233 Legislativa. Além disso, Elza sugeriu uma moção de louvor ao Oziel destinada a sua
 234 família, mas que deveria também evidenciar o homicídio do jovem Matheus que se
 235 encontrava em situação de rua e foi morto pelo criminoso - Vagner do Prado, que já
 236 havia assassinado sua esposa dias atrás, uma mulher em situação de rua. Ele
 237 voltou a cometer atos de extrema violência. Durante uma discussão na praça Rui
 238 Barbosa, Vagner tirou a vida de Matheus, considerado Herói do Povo da Rua. Por
 239 fim, Bruna colocou em aprovação as sugestões citadas acima — sem ressalvas,
 240 aprovadas. **7. Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos do Tribunal**
 241 **de Justiça:** Bruna informou que o COPEDH/PR recebeu um documento que solicita
 242 dois nomes para compôr o Observatório do Tribunal de Justiça, assim, colocou seu
 243 nome à disposição e indagou quem mais gostaria de ser indicado (a). Elza também
 244 colocou seu nome à disposição, assim, Bruna colocou as indicações em aprovação
 245 do pleno — sem ressalvas, aprovada. **8. 30 anos do COPEDH:** Bruna propôs a
 246 criação de um Grupo de Trabalho para debater ações para serem realizadas em
 247 março de 2025 para comemorar os 30 anos do COPEDH/PR, como um Encontro da
 248 Rede de Conselhos, uma premiação/reconhecimento dos ex-coordenadores e
 249 secretárias executivas, criação de selos e outras atividades possíveis. Por fim, Bruna
 250 colocou em aprovação a criação de uma Comissão para planejar os 30 anos do
 251 COPEDH/PR — sem ressalvas, aprovada. A composição foi definida da seguinte
 252 forma: Alisson; Hamilton; Elza; Walter; Jane; Nadia e Bruna. **9. Rede de Conselhos**



253 **na Região Sul (SC e PR):** Bruna informou que haverá uma reunião da Rede de
254 Conselhos em Santa Catarina e ainda se faz necessária uma confirmação do
255 Ministério do Direitos Humanos para definir quem participará. **10. Exposições:** Após
256 o intervalo, foi dado início às exposições. **10.1. Movimento dos Trabalhadores**
257 **Rurais Sem-Terra – Reforma Agrária e Questões Fundiárias:** Primeiramente,
258 destacou a importância de lutar por seus direitos e indicou que, somente agora, após
259 10 anos de reivindicações, que será inaugurada a Escola na comunidade.
260 Destacando assim, a necessidade de lutar para que os direitos da classe
261 trabalhadora sejam respeitados e promovidos para que a qualidade de vida dessas
262 pessoas seja melhor. Por fim, registrou que todos (as) devem ter direito a saúde,
263 educação, alimentação e também a ocupar espaços como esse, de debate e que
264 promovem os direitos humanos, destacando que, o melhor projeto para acabar com
265 a fome é a reforma agrária. **10.2. População em Situação de Rua Londrina –**
266 **Movimento Nacional de Moradores de Rua:** A princípio, destacou a importância de
267 debater formas das pessoas terem acesso à moradia, pois é o ponto crucial para a
268 questão da população em situação de rua, tendo buscado programas como Moradia
269 Primeiro. A seguir, André destacou a importância de promoção de políticas públicas
270 voltadas à população em situação de rua, porém, muitas vezes essas políticas não
271 chegam às pessoas e nos últimos anos a PSR praticamente dobrou em Londrina.
272 Além disso, André pontuou que a estereotipificação das pessoas em situação de rua
273 dificulta muito a convivência em sociedade, pois as pessoas sentem medo e
274 automaticamente as julgam como pessoas más, bandidos e outras coisas que não
275 são verdadeiras. Por fim, destacou que não existe uma fórmula para “acabar” com
276 as pessoas em situação de rua, mas é possível, sim, amenizar a progressão com a
277 força de todos que querem apoiar, dando início às crianças para que não cheguem a



278 essa situação por meio de educação adequada, alimentação, carinho dos pais e
279 saúde. **13.3. Projeto Juventudes e Antirracismo:** A princípio, a Professora Andréia
280 informou que é um projeto de extensão coordenado por ela financiado com bolsas
281 do 'Universidade Sem Fronteiras', contando com duas assistentes sociais e 4
282 estudantes bolsistas. O projeto conta com três frentes, a primeira foi o mapeamento
283 das atividades, coletivos e ações voltados para a Juventude em
284 Londrina/Cambé/Rolândia/Ibiporã. Há também as Oficinas, que chamam
285 “Escrevivências do Pensar”, que acontecem com jovens e adolescentes e promove
286 essas ações. Ademais, agora há o Curso de Formação (as inscrições estão abertas
287 na UEL) chamado “Fortalecendo Potências e Tecendo Resistências” de 100h e
288 promove uma troca de relatos e vivências. **13.4. Observatório de Femicídios –**
289 **Néias Londrina:** Primeiramente, Cecília informou que o Néias completou 3 anos em
290 Abril, pois em Abril de 2021 um grupo de mulheres com apoio da Frente Feminista
291 se reuniu para pedir justiça por Sidneia Aparecida Mariano, que na época era uma
292 vítima de feminicídio tentando, sendo agredida pelo ex-companheiro e ficando
293 tetraplégica/estado vegetativo, porém, como estava viva na data do julgamento o réu
294 foi julgado como “tentativa de homicídio”. A partir deste caso, foi criado o Néias
295 Observatório de Femicídios de Londrina com a finalidade de reverberar casos de
296 feminicídio consumado e de feminicídio tentado em julgamento pelo Tribunal do Júri
297 na Comarca de Londrina, entre outras ações de prevenção à violência contra
298 mulheres. **13.5. Conselho Municipal de Juventude + Batalhas de Rima de**
299 **Londrina:** Em primeiro lugar, informou que o Conselho existe desde 2012 e no início
300 teve uma intensa atuação dos demais conselhos sociais. Ano passado (2023), foi
301 realizada a Conferência Municipal de Políticas Públicas da Juventude e um processo
302 de escuta de diversas regiões/distritos do município, porém, sem participação ativa



303 do Poder Público. Além disso, apesar de Londrina ser a segunda maior cidade do
304 estado e universitária, tem se demonstrado muito hostilidade quanto aos jovens,
305 principalmente para as camadas de pessoas pobres, periferias e periféricas. Por
306 exemplo, a dura repressão e abordagens violentas que ocorrem nas Batalhas de
307 Rima na cidade, um movimento político e de lazer de mais de 3 mil jovens que se
308 reúnem. **13.6. Intolerância Religiosa – Religiões de Matriz Africana:** Dando início
309 à última apresentação, ressaltou a importância deste espaço de falas, debates e
310 diálogos em prol dos direitos humanos, pois infelizmente tornou-se comum falar de
311 religiões de matriz africana e se deparar apenas com enormes atrocidades,
312 desrespeito, falta de educação e empatia com suas crenças, elementos sagrados,
313 casas e vestes. Há um preconceito histórico contra as religiões de matriz africana,
314 com raízes profundas que reverberam há séculos o preconceito e que
315 aparentemente nunca se passa, aparentando sempre ser uma “coisa nova”, sendo
316 necessário sempre ressaltar as raízes históricas para dar corpo a esse debate. Para
317 além do preconceito, há uma enorme repressão policial em terreiros e espaços
318 sagrados da religião, como burocracias de zoneamento que não se aplicam em
319 outras instituições religiosas na mesma rua, em uma clara e absurda tentativa de
320 apagamento. A última tentativa de opressão realizada foi terem jogado um “coquetel
321 molotov” no terreiro, que é completamente de madeira e poderia ter sido
322 completamente incendiado. Portanto, é necessário que todos (as) coloquem todas
323 as religiões de matriz africana em debates e espaços de poder, pois é garantido por
324 lei que exerçam suas fés, de existir e continuar resgatando os valores dos seus
325 ancestrais, tornando os terreiros em espaços de aquilombamento, pois há sim,
326 muitas pessoas e artistas que desejam falar e expressar suas culturas. A seguir,
327 Suzana Lacerda ressaltou a importância dos debates feitos anteriormente sobre



328 moradia, racismo, intolerância religiosa e todas as demais. Em relação às batalhas
329 de rima, informou que a denúncia já chegou ao GT Étnico-Racial do Ministério
330 Público e atualmente estão tentando mapear todas as batalhas para que seja feito
331 um protocolo. Ademais, Suzane solicitou que o COPEDH/PR avalie em nível
332 estadual todas as comunidades terapêuticas, pois a cada uma que visita, identifica
333 diversas violações de direitos humanos básicos e acabam virando um depósito de
334 pessoas sem tratamento, impossibilitando que saiam da drogadição e causando um
335 desrespeito ao credo religioso dessas pessoas, sem quaisquer possibilidades de
336 lazer ou profissionalização, sem suas famílias. Em seguida, Renata deu início a sua
337 fala sobre a letalidade da Polícia Militar, onde muitas vezes as pessoas não fazem
338 nada e acabam sendo forjadas para serem presas, destacando assim, a extrema
339 importância de câmeras com áudio e vídeo para garantir a segurança de toda a
340 população. A seguir, houve um relato de uma mulher, gestante, que teve seu marido
341 ceifado pela Polícia Militar no dia 12 de Junho, informou que eles entraram em sua
342 casa e infelizmente já entraram agredindo-a, puxando seus cabelos a agredindo e
343 jogando para fora para que não socorresse seu marido. Os policiais relataram que
344 foi um confronto, mas eles não tinham qualquer arma dentro de casa. Portanto,
345 destacou que gostaria de que fosse feita justiça quanto ao caso, pois esses crimes
346 são algo comum no Brasil e as câmeras poderiam provar o que aconteceu. Alisson
347 registrou que convocará uma reunião extraordinária da Comissão de Denúncias do
348 COPEDH/PR para ouvir detalhadamente o caso e dar encaminhamentos via
349 Conselho. **14. Análise de Conjuntura local:** Alisson informou que ontem (20) foram
350 realizadas as visitas institucionais do COPEDH/PR, comparecendo à Câmara dos
351 Vereadores e no Gabinete do Prefeito, na parte da tarde, foi realizada uma inspeção
352 na PEL II e PEL III para verificar as suas situações e será produzido um relatório de



353 denúncias a ser encaminhado ao DEPPEN/SESP. Outro grupo se dividiu para ir ao
354 assentamento Nossa Senhora Aparecida, que oficialmente tem 850 famílias no
355 território e passará por regularização fundiária, mas que necessita de todo carinho
356 possível da Sociedade Civil Organizada e Poder Público para que sejam atendidas
357 suas necessidades. A seguir, Anderson informou que estavam trabalhando
358 juntamente ao CNJ na pauta do PENAJUS e também da política antimanicomial,
359 solicitando assim, que a Suzana pudesse repassar o que estava sendo feita acolhida
360 em relação aos ambientes de audiências de custódias de pessoas com suspeita de
361 transtornos mentais, que geralmente são pessoas negras e pobres que vão ao
362 sistema prisional, quando na verdade, precisariam de tratamento médico. Além
363 disso, Anderson solicitou para Renata que, se tiver mais relatos de pessoas sob
364 violações de direitos humanos, repasse imediatamente para que sejam tomadas
365 medidas administrativas ou protetivas (PROVITA). Em seguida, foi dado início aos
366 questionamentos dos participantes da reunião, dando início com a Michele, que a
367 princípio, destacou que gostaria de direcionar seu questionamento, mas as pessoas
368 que gostaria não estavam mais em reunião, por isso, direcionaria ao COPEDH/PR,
369 representado pelo conselheira Elza. Assim, Michele registrou que a questão dos
370 direitos humanos é válida, entretanto, não viu ser discutido o direito do nascituro
371 porque acredita ser um tema muito importante que deva ser discutido, pois também
372 é uma vida e não pode ser violada, assim como dito pelo André sobre a
373 marginalização das pessoas em situação de rua, também não pode ser relativizada
374 em um modo geral. Por fim, Michele sugeriu que nas próximas reuniões também
375 convidem as associações que defendem o direito à vida desde sua concepção até
376 sua morte natural. Em seguida, Maria da Fonseca registrou que fica triste e feliz ao
377 participar de eventos como esse, pois sempre são discutidas as consequências



378 daquilo que voltará a acontecer, sendo necessário discutir o papel do Estado em
379 nível municipal, estadual e federal. Além disso, assim como foi questionado sobre a
380 vida, Maria indagou a conselheira Elza quais seriam os direitos da mulher que foi
381 estuprada e abusada dentro dos direitos humanos, pois é claro que todos (as) não
382 apoiam o aborto e a morte de uma criança, porém, há muitas situações gravíssimas
383 contra às mulheres praticadas pelos “homens”, que deveriam ser chamados de
384 animais em muitas ocasiões. Na sequência, Márcia Bastos registrou que em suas
385 aulas de introdução ao Direito sempre põe luz sobre o Liberalismo porque é a teoria
386 que sustenta o Capitalismo em que vivemos, garantindo a propriedade privada e em
387 seus capítulos iniciais define que, a primeira propriedade privada do ser humano é o
388 seu corpo. Assim, também registrou que é cristã protestante e convictamente contra
389 o aborto, mas não pode legislar para ele, pois, se o nosso corpo é a nossa primeira
390 propriedade privada, a mulher que tem direito e quer interromper a sua gravidez
391 precisa ter esse direito garantido. Por fim, Márcia destacou que as mulheres devem
392 se unir pelos seus direitos e lamentou que a juventude tenha um pensamento tão
393 retrógrado. A seguir, Andreia indicou que o Estatuto do Nascituro ainda é um Projeto
394 de Lei, mas há o Estatuto da Criança e do Adolescente que protege a maternidade e
395 todas as crianças e adolescentes, sendo uma legislação avançada que é modelo
396 para outros países. Então, deve-se atentar que, por conta de ideologias políticas,
397 não se pode considerar válido que um estupro tenha menos prejuízos que uma
398 pessoa estuprada, abusada e violentada. Por fim, Andreia sugeriu que defendam o
399 ECA, a juventude e as mulheres, pois assim, defenderão os direitos humanos. Após
400 os questionamentos, Elza destacou a importância da reunião descentralizada para
401 ouvir os Movimentos Sociais e constatar que a segunda cidade mais importante do
402 estado sofre muitas violações de direitos humanos (população indígena, PSR,



403 juventude, religiões de matriz africana, feminicídio e outros). Portanto, em nome do
404 COPEDH/PR destacou o papel do Alisson na coordenação dessa reunião
405 descentralizada em Londrina em toda sua articulação e demais questões,
406 reconhecendo também todo trabalho realizado pelo MST. Em relação ao
407 questionamento da Michele, Elza respondeu que, quem é do Movimento de
408 Mulheres mais do que tudo defende a vida e hoje de manhã, em reunião do
409 Conselho, foi aprovada uma moção/Carta Pública pelas entidades da Sociedade
410 Civil do COPEDH/PR solicitando o arquivamento do PL 1904, não só porque tiveram
411 mais de 1 milhão de pessoas de todo Brasil pedindo seu arquivamento, mas porque
412 é uma afronta à vida, um horror e um atentado a vida essa tentativa de criminalizar
413 meninas e mulheres estupradas. Assim, Elza indicou que, qualquer questão que
414 queiram encaminhar, devem ser enviadas por *e-mail* para o COPEDH/PR para que
415 sejam avaliadas pelas suas comissões pertinentes à temática de direitos humanos.

416 **11. Informes Gerais:** Não houve informes gerais. **12. Encerramento:** Em
417 conclusão, Alisson agradeceu a presença de todos e todas e deu encerramento à
418 Reunião Ordinária Descentralizada do Conselho Permanente de Direitos Humanos
419 do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.